

HABEAS CORPUS Nº 485.182 - SP (2018/0339643-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
BRUNO DIAZ NAPOLITANO - SP236733
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LARISSA MARTINS BANFI (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO PELA PRISÃO DOMICILIAR. INCISOS IV E V DO ART. 318 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. POSSIBILIDADE. JURISPRUDÊNCIA DO STF. PARECER ACOLHIDO. LIMINAR CONFIRMADA.

Ordem concedida nos termos da liminar já deferida.

DECISÃO

Ao que foi dito na decisão de fls. 128/129, acrescento estas palavras do Subprocurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros (fls. 144/147 – grifo nosso):

[...]

A tese jurídica ora discutida repousa na possibilidade de se conceder prisão domiciliar à Paciente, tendo em vista estar ela gestante e ter filho menor de 12 anos.

O Juízo de primeiro grau, conquanto tenha reconhecido que a Paciente se encontra gestante e que, em tese, poderia ser-lhe concedida prisão domiciliar, entendeu que as circunstâncias do caso concreto não autorizam a medida. Na oportunidade, ressaltou-se a gravidade concreta do delito, decorrente da natureza e quantidade da droga apreendida, bem como a periculosidade da paciente.

De fato, não se discute que a quantidade de entorpecentes apreendidos – 100 gr de cocaína – possui alto poder destrutivo.

Conforme entendimento prevalente nessa Corte Superior de Justiça, é idônea a decretação de prisão cautelar que tem como fundamento a natureza deletéria da substância tóxica comercializada [Nesse sentido: STJ, RHC nº 93101/MG, rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, 5ª Turma, DJE de 13/4/2018, g.n].

Por outro lado, consta dos elementos constantes dos autos que a Paciente está gestante, e possui filho menor de 12 anos, circunstância essa que exige uma análise mais acurada dos fatos, visando a aferir qual medida melhor se amolda à proteção integral do feto/criança.

Pois bem. A Lei 13.257/2016 introduziu o inciso IV ao artigo 318 do

CPP, o qual dispõe expressamente sobre a possibilidade de se substituir a prisão preventiva por domiciliar quando a agente estiver gestante.

Sobre o tema, o **Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do HC Coletivo nº 143.641/SP, reconheceu a necessidade de se conferir estrito cumprimento ao Estatuto da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), com vistas a autorizar prisão domiciliar às gestantes e mães de criança menor de 12 (doze anos) presas preventivamente, salvo em situações excepcionais**, devidamente fundamentadas.

Essa linha de inteligência tem sido adotada por essa egrégia Corte Superior de Justiça. Veja-se:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. LATROCÍNIO TENTADO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. PACIENTE MÃE DE FILHOS MENORES DE 12 ANOS DE IDADE. ART. 318 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL RECONHECIDO. RECURSO EM HABEAS CORPUS PARCIALMENTE PROVIDO. 1. O decreto prisional apresentou fundamento válido, consistente na fuga da recorrente, pois, depois da prática do delito, a investigada fugiu com Everton, sendo capturada na cidade de Tramandaí/RS, três meses após o fato, o que constitui base empírica idônea à decretação da custódia preventiva. 2. O Estatuto da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016) passou a admitir a substituição da prisão preventiva por domiciliar na situação de mulher com filho de até 12 anos de idade incompletos, art. 318, V, CPP, quando não se aponta fundamentação idônea para afastar esta medida cautelar.. 3. A recorrente é mãe de 2 (dois) menores, atualmente com 3 e 7 anos de idade, cada um, o que atrai a aplicação do art. 318, V do CPP, a fim de que seja a medida extrema convertida em prisão domiciliar, não sendo apontado pelas instâncias ordinárias nenhum fundamento que demonstre risco aos menores. 4. Recurso em habeas corpus parcialmente provido, para converter a prisão preventiva da paciente P M DOS S em prisão domiciliar, o que não impede a aplicação de outras medidas cautelares diversas de prisão, por decisão fundamentada.

(STJ: RHC nº 92700/RS, rel. Ministro Nefi Cordeiro, DJE de 6/3/2018).

No caso concreto, não há notícias de que a Paciente possua antecedentes criminais, tampouco indícios contundentes de que integre organização criminosa. Não se trata, ademais, de delito praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa, tampouco perpetrado contra os seus descendentes.

Diante desse contexto, há que se conferir proteção prioritária ao feto, permitindo à genitora, inserida em um ambiente salubre, realizar todos os exames necessários ao nascimento sadio da criança. **Mostra-se, pois, adequada a concessão de prisão domiciliar à Paciente, nos termos do art. 318, IV, do Código de Processo Penal.**

Ante o exposto, acolhendo o parecer ministerial, **concedo** a ordem nos termos da liminar já deferida.

Intime-se o Ministério Público estadual desta decisão.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

